

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## PROJETO DE LEI Nº 10.454, DE 2018

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

**Autor:** SENADO FEDERAL – ELMANO  
FÉRRER

**Relator:** Deputado CORONEL  
CHRISÓSTOMO

### I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei (PL) proveniente do Senado, que propõe a criação de normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Para tanto, fixa como princípios: a gestão participativa, integrada e descentralizada dos recursos hídricos, que considere os aspectos quantitativos e qualitativos e os usos prioritários desses recursos; a conservação e a recuperação das áreas protegidas, das nascentes, dos mananciais, da biodiversidade e do solo; a universalização e a integralidade na prestação dos serviços de saneamento básico; a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas na bacia, responsáveis pela geração de emprego e renda; e a conscientização ambiental.

O art. 3º da proposição traz um rol de objetivos aos quais a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba deve alinhar-se, incluindo: aumentar a oferta de recursos hídricos e fomentar o seu uso racional; recuperar a cobertura vegetal das áreas legalmente protegidas associadas à conservação da água; expandir os serviços de saneamento básico; promover a



sustentabilidade no desenvolvimento de atividades econômicas que interfiram nos recursos hídricos; monitorar a quantidade e a qualidade de água, o desmatamento, a erosão, a poluição e o assoreamento.

São apontadas, no art. 4º, as diversas ações prioritárias, das quais destacam-se: construção e recuperação de açudes e reservatórios de água; estabelecimento de metas de volume útil dos reservatórios de água localizados nas sub-bacias do rio Parnaíba, para estimular os usos múltiplos dos recursos hídricos; pagamento por serviços ambientais associados à melhoria da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos; implantação de sistemas de abastecimento de água pelo uso de poços artesianos onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica; construção e modernização de estações de tratamento de efluentes e de produção de água de reuso; incremento da fiscalização relativa às outorgas de uso de recursos hídricos e em propriedades que apresentem áreas degradadas; assistência técnica e extensão rural, com foco em manejo e conservação de solo e água, irrigação mais eficiente e recuperação de áreas degradadas; educação ambiental; e monitoramento da água.

De acordo com o projeto, as ações de fiscalização, monitoramento e fortalecimento institucional serão desenvolvidas pelo Poder Público, em todos os níveis, de forma articulada, com planejamento, organização e participação conjunta dos respectivos órgãos competentes.

Em seu art. 5º, a proposição estabelece que o Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e a ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

No dispositivo seguinte, art. 6º, determina que os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão devem dispor de órgão gestor estadual de recursos hídricos capacitado, com técnicos próprios e em número suficiente para atender às demandas relacionadas a recursos hídricos.

A proposição se encerra com a cláusula de vigência, no art. 7º, a iniciar-se na data de publicação da lei.



O projeto foi distribuído às Comissões de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Minas e Energia; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, em 05/09/2019, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Paulo Guedes (PT-MG), pela aprovação, com emendas e, em 18/09/2019, foi aprovado o parecer.

Na Comissão de Minas e Energia, em 26/10/2021, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Cleber Verde (REPUBLIC-MA), pela aprovação, com substitutivo e, em 10/11/2021, foi aprovado o parecer.

Nesta CMADS transcorreu o prazo de 5 sessões sem apresentação de emendas ao projeto.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é de prioridade, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.



## II – VOTO DO RELATOR

A bacia hidrográfica do rio Parnaíba se estende pelos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, na região Nordeste do Brasil. Possui uma área de 331.882,75 km<sup>2</sup> e abrange 282 municípios, com uma população estimada de 5.108.444 pessoas (Codevasf/IBGE, 2020).<sup>1</sup>

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba foi criado por meio do Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018, no mesmo ano da apresentação do projeto de lei em exame, e reflete 20 anos de mobilização da sociedade em sua defesa.

Entre os múltiplos usos da água na bacia, destacam-se: a geração de energia elétrica, a irrigação e o abastecimento humano. Nos inúmeros rios intermitentes existentes, principalmente na porção semi-árida da bacia, barragens e açudes garantem o fornecimento de água às populações (ANA, 2018)<sup>2</sup>.

Nesse cenário complexo, para garantir a sustentabilidade da bacia, com quantidade e qualidade de recursos hídricos em níveis adequados, é preciso endereçar soluções concretas para os conflitos atualmente existentes, com ênfase na problemática relacionada ao avanço do desmatamento e ao lançamento de efluentes nos corpos d'água.

É o que se propõe o projeto em exame, ao estabelecer como princípios fundamentais para a revitalização da bacia a gestão participativa, integrada e descentralizada dos recursos hídricos, a conservação ambiental e a promoção da sustentabilidade. A ênfase em ações que visam a recuperação da vegetação, o saneamento básico e o uso racional da água também se mostram essenciais para a revitalização.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/bacia-hidrografica/parnaiba>. Acesso em: 18 nov. 2024.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/cbh-parnaiba>. Acesso em: 18 nov. 2024.



Dada a relevância e pertinência da matéria, o projeto recebeu pareceres favoráveis tanto na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) como na Comissão de Minas e Energia (CME).

Na primeira, foi aprovada uma emenda modificativa para alteração do art. 4º, tornando-o mais objetivo, e outra emenda supressiva para o art. 6º, sob o entendimento de que o dispositivo fere a autonomia dos Entes Federados, prevista no art. 18 da Constituição Federal, ao interferir na estrutura administrativa dos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão.

Na Comissão seguinte, foi introduzida a definição de revitalização de bacias hidrográficas e os dispositivos que tratam dos princípios, objetivos e ações prioritárias foram reformulados para manter a aderência aos preceitos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Ambas as comissões trouxeram, portanto, aprimoramentos pertinentes ao projeto, buscando deixá-lo mais assertivo e vinculando-os aos instrumentos já previstos na legislação regente. Para consolidar as propostas e harmonizá-las, optou-se por apresentar substitutivo, privilegiando uma estrutura lógica que balize a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Nessa linha, diante da relevância e urgência das medidas propostas, **voto pela aprovação do PL nº 10.454, de 2018, acompanhando parecer pela aprovação com emendas aprovadas na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e o substitutivo aprovado na Comissão de Minas e Energia (CME), na forma do substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO  
Relator



## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 10.454, DE 2018

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Parágrafo único. Define-se a revitalização de bacias hidrográficas como o conjunto de ações permanentes e integradas de preservação, conservação e recuperação ambiental que visem ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria das condições socioambientais e da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos.

Art. 2º São diretrizes para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, em conformidade com os fundamentos estabelecidos pela Política Nacional de Meio Ambiente e pela Política Nacional de Recursos Hídricos:

- I – a integração de políticas públicas no território;
- II – o gerenciamento de conflitos de uso e ocupação do solo e de usos múltiplos das águas;
- III – a gestão participativa, integrada e descentralizada dos recursos hídricos, que considere os aspectos quantitativos e qualitativos e os usos prioritários desses recursos;



IV – a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades produtivas na bacia, com equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Art. 3º A revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba tem como objetivos:

I – a melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos;

II – promover o uso sustentável dos recursos hídricos;

III – expandir a prestação dos serviços de saneamento básico;

IV – promover a conservação da biodiversidade e a recuperação da cobertura vegetal das áreas legalmente protegidas associadas à conservação dos recursos hídricos;

V – promover a sustentabilidade no desenvolvimento de atividades produtivas e do uso de recursos naturais.

Art. 4º O Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, a ser elaborado em conformidade com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, deve prever metas, ações e indicadores, contemplando, no mínimo, os seguintes eixos de atuação:

I – elaboração de cenários presentes e futuros, sobre o balanço entre oferta e demanda hídrica e o nível de degradação ambiental nas sub-bacias hidrográficas;

II – construção e recuperação de açudes e reservatórios e estabelecimento de metas de volume útil, para atender ao uso múltiplo dos recursos hídricos;

III – implantação de sistemas de abastecimento de água pelo uso de poços artesianos, onde houver comprovada viabilidade e disponibilidade hídrica;

IV – pagamento por serviços ambientais associados à melhoria da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos;



V – construção e modernização de estações de tratamento de efluentes e de produção de água de reúso para as atividades no meio urbano e rural;

VI – elaboração e atualização dos planos diretores de recursos hídricos para as sub-bacias hidrográficas do rio Parnaíba;

VII – incremento da fiscalização integrada para regularização das outorgas de direito de uso de recursos hídricos e controle da degradação do solo;

VIII – mapeamento de áreas degradadas e desenvolvimento, com participação da sociedade civil, de projetos de recuperação ambiental;

IX – assistência técnica e extensão rural, com foco em manejo sustentável e conservação de solo, da água e da vegetação nativa e em recuperação de áreas degradadas;

X – educação ambiental voltada à conscientização da população acerca da importância da gestão e da conservação dos recursos hídricos;

XI – monitoramento da qualidade e da quantidade de água; e

XII – fortalecimento institucional para a gestão hídrica, ambiental e de saneamento básico e fomento ao desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica.

Parágrafo único. As ações de responsabilidade do Poder Público, em todos os níveis, serão realizadas de forma articulada, com planejamento, organização e participação conjunta dos respectivos órgãos competentes.

Art. 5º O Poder Público, em todos os níveis, promoverá a criação e a ampliação de unidades de conservação em áreas comprovadamente essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado CORONEL CHRISÓSTOMO  
Relator

Apresentação: 09/12/2025 17:48:30.180 - CMADS  
PRL 2 CMADS => PL 10454/2018

PRL n.2

